

LXIII ENCONTRO DO COPEDEM

“Escolas Judiciais em transformação: Inovação, Governança e Gestão Documental”

CARTA DE BELO HORIZONTE

O COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA (COPEDEM), reunido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos dias 23 e 24 de abril de 2026, após debates, exposições e reflexões, deliberou pela aprovação da presente Carta.

CONSIDERANDO a temática central do Encontro, “Escolas Judiciais em transformação: Inovação, Governança e Gestão Documental”, que orientou os trabalhos desenvolvidos;

CONSIDERANDO o papel estratégico das Escolas Judiciais na consolidação de uma cultura institucional de qualificação permanente, planejamento, integridade, gestão por evidências e melhoria contínua;

CONSIDERANDO a importância do intercâmbio de experiências e da sistematização de boas práticas educacionais como vetor de inovação e fortalecimento do Sistema de Justiça;

DIVULGA à comunidade jurídica e à sociedade brasileira as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

1 - 1. **PROTAGONISMO NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA:** As Escolas devem assumir o protagonismo na formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores para o uso ético, responsável e eficiente da IA Generativa nas atividades fim e meio. É imperativo o desenvolvimento de habilidades em engenharia de prompts e o fomento à inovação tecnológica, assegurando que o uso dessas ferramentas potencialize a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional sem abdicar da segurança jurídica.

2. **FORMAÇÃO DE FORMADORES E METODOLOGIAS ATIVAS:** É essencial fortalecer o papel das Escolas Judiciais na formação de formadores, utilizando metodologias ativas conjugadas com ferramentas de inteligência artificial apropriadas para a pesquisa acadêmica. Devem ser construídos mecanismos mediadores que potencializem o aprendizado e o desenvolvimento de pesquisa acadêmico-profissional, sempre com foco pragmático na solução dos problemas institucionais do Poder Judiciário.

3. **GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA:** As Escolas Judiciais devem consolidar um modelo de gestão que integre o planejamento pedagógico, por meio do Plano de Desenvolvimento Anual (PDA), aos fluxos operacionais e à sustentação orçamentária. A utilização de sistemas de monitoramento, como o MAPA-SCOR, é fundamental para garantir a rastreabilidade total de cada

ação educativa e a conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

4. **GESTÃO DO CONHECIMENTO E MEMÓRIA:** A excelência institucional depende da preservação da memória e da disseminação seletiva da informação. Deve-se incentivar a criação de laboratórios de gestão documental e o fortalecimento de canais de comunicação acadêmica que consolidem o conhecimento produzido no âmbito das Escolas Judiciais.

5. **FORMAÇÃO INTEGRAL E HUMANOSSOCIAL:** A educação judicial deve equilibrar o rigor técnico com o desenvolvimento de competências humanossociais, garantindo um acompanhamento contínuo desde a formação inicial até o vitaliciamento, preparando o magistrado para os desafios éticos e sociais da magistratura contemporânea. A Formação e aperfeiçoamento de servidores deve ser norteadas pelos mesmos princípios.

6. **PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE:** Fortalecer a consolidação dos programas de pós-graduação stricto e lato sensu por meio de modelos associativos, em rede. A colaboração interinstitucional é a base para transformar os problemas da gestão judicial em objetos de pesquisa científica que ofereçam soluções eficientes para a gestão das unidades judiciárias e excelência da prestação jurisdicional.

Belo Horizonte/MG, 24 de abril de 2026.

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Presidente do COPEDEM

Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Desembargador SAULO VERSIANI PENNA

Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF,

Desembargador CAETANO LEVI LOPES

Secretário-Geral da Escola Nacional da Magistrados (ENM-AMB)

Desembargador MARCIO VIDAL

Vice-presidente do COPEDEM

Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso (ESMAGIS)

Desembargador LUIZ VITÓRIO CAMOLEZ

Diretor Geral da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD-AC)

Desembargador GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Diretor Universidade Corporativa da Poder Judiciário da Bahia (UNICORP)

Desembargadora ANA CONCEIÇÃO BARBUDA SANCHES GUIMARAES FERREIRA
Coordenadora da Escola da Magistratura da Bahia(EMAB)

Desembargadora JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC)

Desembargador MARCO ANDRÉ NOGUEIRA HANSON
Diretor Geral da Escola Judicial do Mato Grosso do Sul (EJUD-MS)

Desembargadora CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Diretora-geral da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará(EJUD-PA)

Desembargador AMILCAR MAIA
Diretor geral da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)

Juiz de Direito CRISTIANO GOMES MAZZINI
Vice-Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia(EMERON)

Juíza de direito LUCIANA JOSUÉ RAPOSO LIMA DIAS
Coordenadora da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (ESMAL)

Juíza de Direito PATRÍCIA CERQUEIRA
Coordenadora Pedagógica da Universidade Corporativa do Poder Judiciário da Bahia(UNICORP)

Juíza de Direito ANA PAULA FEITOSA OLIVEIRA
Coordenadora da Escola Superior da Magistratura do Ceará(ESMEC)

Juíza de Direito ANTONIETA LÚCIA MAROJA ARCOVERDE NÓBREGA
Coordenadora da Escola da Magistratura da Paraíba (ESMA-PB)

Juiz de Direito RAFAEL ALTOÉ

Diretor da Escola da Magistratura do Paraná (ESMAP)

Juiz de direito OSVALDO TELES LOBO JUNIOR

Supervisor da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE)

Juiz de Direito JOÃO AFONSO MORAIS PORDEUS

Coordenador Pedagógico da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)